



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA
SUL -UFFS CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**AMANDA DE SÁ MUNZI
BRUNA ITTNER**

**COMPETÊNCIAS GERAIS E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS NA BNCC: QUAL O
LUGAR DA CIDADANIA NOS ANOS INICIAIS?**

CHAPECÓ

2021



AMANDA DE SÁ MUNZI

BRUNA ITTNER

**COMPETÊNCIAS GERAIS E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS NA BNCC: QUAL O
LUGAR DA CIDADANIA NOS ANOS INICIAIS?**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira
Sul, como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marilda Merênci
Rodrigues.

CHAPECÓ

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

MUNZI, Amanda de Sá; ITTNER, Bruna.

COMPETÊNCIAS GERAIS E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS NA
BNCC: QUAL O LUGAR DA CIDADANIA NOS ANOS INICIAIS? /
Amanda de Sá Munzi . -- 2021.

35 f.

Orientadora: Doutorado Marilda Merência Rodrigues

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Pedagogia, Chapecó, SC, 2021.

1. Base Nacional Comum Curricular. 2. Anos Iniciais.
3. Cidadania. I. Rodrigues, Marilda Merência, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**AMANDA DE SÁ MUNZI
BRUNA ITTNER**

**COMPETÊNCIAS GERAIS E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS NA BNCC: QUAL O
LUGAR DA CIDADANIA NOS ANOS INICIAIS?**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marilda Merência Rodrigues.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 28/01/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Marilda Merência Rodrigues – UFFS
Orientadora



Prof.ª Me. Camila de Fátima Soares dos Santos – SEDUC/CHAPECÓ
Avaliadora



Prof. Dr. Antonio Valmor de Campos – UFFS
Avaliador

COMPETÊNCIAS GERAIS E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS NA BNCC: QUAL O LUGAR DA CIDADANIA NOS ANOS INICIAIS?

Amanda de Sá Munzi

Bruna Ittner

Prof. Dra. Marilda Merência Rodrigues (Orientadora)

Resumo: o presente texto sistematiza os resultados de uma pesquisa realizada como Trabalho de Conclusão do curso de Pedagogia. Discute a(s) concepções de cidadania presentes e/ou ausentes na BNCC, em especial no âmbito das competências e habilidades a serem desenvolvidas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para isso, realiza uma análise documental da BNCC como um documento de política educacional, focalizando as Competências Gerais e as Competências Específicas previstas para cada área e componente curricular no processo educativo dos dois primeiros anos do ensino fundamental, problematizando o “lugar” da cidadania neste documento, bem como suas abordagens e concepções. Reconhecendo a necessidade e importância da efetivação do exercício da cidadania nas práticas pedagógicas e no ambiente escolar, é possível concluir que a BNCC indica certa ausência na intenção de formar um aluno cidadão, além de vincular as competências e habilidades ao mundo do trabalho.

Palavras-chave: BNCC. Cidadania. Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Competências.

*Não ofereço receita da cidadania. Também não escrevo para especialistas.
Faço convite a todos os que se preocupam com a democracia
para uma viagem pelos caminhos tortuosos que a cidadania tem seguido no Brasil;
Seguindo-lhe o percurso, o eventual companheiro ou companheira de jornada
poderá desenvolver visão própria do problema.
Ao fazê-lo, estará exercendo sua cidadania.*

*José Murilo de Carvalho, em seu livro
Cidadania no Brasil: o longo caminho.*

1. APRESENTAÇÃO

Os questionamentos que nortearam essa pesquisa foram formulados durante o Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais, quando nosso Plano de Ação foi elaborado e realizado com as crianças do 5º ano de uma escola pública localizada no centro da cidade de Chapecó, no oeste catarinense. Naquela ocasião, tivemos a preocupação de mostrar às crianças que a escola deve ser um espaço democrático e participativo, onde suas vozes, reivindicações, propostas e projetos também devem ser escutados e considerados no processo político-pedagógico da escola, de modo que as crianças façam parte da construção do seu processo formativo, compreendendo-se como sujeitos nessa trajetória.

Na referida experiência de estágio, trabalhamos com documentos importantes junto as crianças com o objetivo de apresentar alguns direitos que, teoricamente, adquirimos no

nascimento. As crianças demonstraram surpresa ao saber que existe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e também não estavam cientes sobre os direitos que estão postos na Constituição Federal de 1988, que inclusive nomeia o Estado como o agente que deve garantir a efetivação de todos esses direitos, bem como à educação, à saúde e segurança.

A autonomia estudantil e a participação dos alunos foram alguns dos principais assuntos abordados nas diversas atividades que desenvolvemos, visto que, durante a observação participativa do estágio reconhecemos que as crianças eram silenciadas em determinados aspectos no processo educativo. No decorrer dos dias pudemos perceber que o ambiente escolar negava, muitas vezes de forma intencional, alguns direitos básicos à participação das crianças em atividades desenvolvidas pela professora, bem como o direito à fala, questionamentos, indagações e até mesmo sugestões que eram propostas pelas crianças com o objetivo de agregar outras e novas maneiras de desenvolver a aula, os conteúdos e atividades.

A normalização e o exercício do silenciamento das crianças na escola em que realizamos o estágio proporcionou uma reflexão: as práticas pedagógicas adotadas pelos professores e professoras encontram amparo em documentos oficiais que orientam o trabalho pedagógico nas escolas? Sendo assim, nossa pergunta mais frequente nesse momento formativo era, e ainda é: como o discurso proposto por documentos norteadores do trabalho pedagógico, como a Base Nacional Comum Curricular, poderiam levar a normalização de práticas pedagógicas que podem conduzir a posturas tão pouco participativas e destituídas de um entendimento mais profundo sobre a criança como sujeitos de direitos, considerando que a sua voz pode ser o primeiro passo importante para a constituição de seu exercício de cidadania?

Mediante essas experiências, elaboramos uma proposta de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso, pois compreendemos que a discussão acerca dessas concepções são importantes para a nossa formação acadêmica e, sobretudo, para a nossa atuação docente, bem como para a formação de um sujeito crítico e ativo dentro da sociedade.

Embora consideremos que as situações pedagógicas de silenciamento da criança no espaço escolar possam ter múltiplas formas de explicações e origens, realizamos, nos limites desse trabalho, o exercício de análise sobre um dos documentos que tem exercido centralidade nos debates educacionais, a Base Nacional Comum Curricular.

Inicialmente, a partir do contato direto com esse documento, verificamos que a BNCC apresenta de forma rasa a preocupação com a formação do sujeito definido pela sua cidadania,

cidadão e político, não deixando claro em seu texto se considera importante ou não, que as crianças façam exercício da sua cidadania nas instituições de ensino e na atuação na sociedade.

Desse modo, esse trabalho tem a pretensão de refletir sobre o discurso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que assume um caráter norteador da educação nacional, se o referido documento contempla ou não a preocupação com uma educação cidadã das crianças que frequentam as turmas dos Anos Iniciais. A partir disso, vamos dialogar sobre o sujeito que a Base almeja formar, olhando mais atentamente ao conceito de competência, considerando que este documento normativo define as chamadas aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas ao longo da educação básica, que

[...] devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p. 8).

Assim, a proposta principal da nossa pesquisa é dialogar com os conceitos de competência apresentados no texto da BNCC e com isso, analisar como as concepções de cidadania, política e educação cidadã atravessam esses conceitos na construção do discurso do documento.

Desse modo, objetivamos perceber as concepções de cidadania presentes na BNCC na formação das crianças dos Anos Iniciais, precisamente no âmbito do primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental. Para esta análise, olharemos notadamente para as Competências Gerais da Educação Básica, as Competências Específicas das áreas: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática, assim como, as Competências Específicas dos componentes curriculares presentes nos primeiros e segundo anos do ensino fundamental: Ciências, História, Ensino Religioso, Geografia, Educação Física, Língua Portuguesa, Matemática e Arte. Além disso, nos utilizaremos dos quadros constantes na BNCC de cada um destes componentes curriculares, onde constam as Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento e Habilidades previstas para os dois primeiros anos do ensino fundamental.

Com isso, entendemos que será possível perceber algumas pistas sobre as expectativas acerca das práticas docentes na escola, visto tratar-se de um documento normativo, portanto, orientador do trabalho das professoras e professores junto às crianças.

Para respondermos às questões que mobilizaram nossa pesquisa e aos objetivos que propomos, buscaremos subsídios em autores que escrevem sobre a metodologia de análise de

políticas educacionais, fazendo a leitura dos textos e considerando o contexto político e econômico em que foram escritas e aprovadas pelas instâncias federais. Além disso, faz-se necessário uma incursão sobre o conceito de cidadania, reconhecendo as suas múltiplas dimensões e sua importância na formação da criança visando reconhecer os seus lugares no mundo, de forma crítica e consciente, para que assim possa transformá-lo.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Como expusemos anteriormente, a proposta de pesquisa surge a partir das nossas inquietações e questionamentos que se formularam durante o período de vivência do Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais, quando propusemos uma maior participação ao longo das aulas e atividades, incluindo-os também na elaboração de planejamentos, na busca da efetivação da autonomia estudantil que gostaríamos de propiciar, o que nos conduz à preocupação essencial sobre a construção da cidadania também na escola.

Para responder aos objetivos propostos, realizamos uma análise documental da BNCC, voltando-nos especificamente para as competências específicas dos componentes curriculares nos dois primeiros anos do ensino fundamental, conforme já descrito anteriormente. Para construir nossa metodologia de trabalho, utilizaremos como referência essencialmente os textos escritos pelas professoras Shiroma, Campos e Garcia (2005) e Evangelista (2012).

Shiroma, Campos e Garcia (2005) nos fornecem pistas na medida em que nos indicam a importância de decifrar os textos para conhecermos as Políticas Educacionais. O trabalho das três professoras apresentam contribuições de alguns autores, tais como Bowe e Ball (1992), os quais desenvolvem a abordagem do ciclo de políticas, levando em conta os diferentes contextos da política, tais como os contextos de influência, da produção do texto, contexto da prática, contexto dos resultados/efeitos e contexto de estratégia política. As autoras trazem ainda as contribuições de autores como Fredric Jameson (1999), que aponta para o aspecto fundamental da hegemonia discursiva.

Tais análises contribuem para o nosso entendimento do texto das políticas educacionais como um processo, composto por vozes que discordam, disputam o “espaço”, constituindo a “hegemonia discursiva”; destacam ainda a importância de ler textos sobre o mesmo documento com visões distintas, para confrontar as ideias apresentadas, assim como a compreensão do processo de produção como um instrumento importante da análise do discurso, localizando as eventuais inconsistências do texto. Nesse sentido, depreende-se que a interpretação do texto é plural e aberta a releituras e que a

observância desses elementos ao olhar um documento de política educacional é crucial para entender, inclusive, os recursos utilizados para manter ou mudar certas visões sobre o processo de escolarização (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

O artigo escrito pela professora Evangelista (2012) dialoga com imensa propriedade sobre como podemos analisar os textos das políticas educacionais, compreendendo seu contexto de escrita, os sentidos que essa linguagem permite que sejam atribuídos e a importância de identificar os conceitos impressos no texto, dotados de significação, ideologias e intenções políticas claras, passíveis de interpretações diferentes de acordo com a realidade de quem o lê.

Evangelista (2012) contribui para pensarmos inúmeros aspectos nas análises de documentos de políticas educacionais, dentre eles, a autora enfatiza: a compreensão de que o documento é história e que documentos são resultados de práticas sociais e expressão da consciência humana, é um produto do processo histórico até hoje produzido; é uma manifestação da consciência humana através da história; o documento existe fora do pesquisador, é preciso assumir uma posição ativa na produção do conhecimento, localizar, selecionar, interpretar, sistematizar e analisar a evidências que apresenta; produzir conhecimento é produzir consciência; o pesquisador não pode perder o objetivo, é preciso “vigilância metodológica”; cabe ao pesquisador encontrar sentido nos documentos e com eles, construir conhecimentos que permitam o entendimento da fonte e dos projetos históricos ali presentes e das perspectivas das disputas pelos conceitos, pela definição de mundo e pelo que constitui a história; trabalhar com documentos significa ascender a história, a consciência e as possibilidades de transformação; entender quando, como, por quem e por que foram produzidos, captar os projetos e interesses que os constituem; documentos derivam de determinações históricas; as políticas não expõem suas reais intenções e de seus autores e nem a realidade; investigar suas origens, redes de influências, mudanças e ressignificações; identificação das expressões, a teia conceitual; o que a fonte oculta e por que oculta? (EVANGELISTA, 2012, p. 6-8).

Juntos, os textos selecionados e pontuados contribuíram para analisar de forma crítica e mais cuidadosa a Base Nacional Comum Curricular como um documento de Política educacional, bem como, os conceitos de competência nela expressos, atentando para as possibilidades ou impossibilidades desses conceitos para a viabilização daquilo que o próprio documento anuncia, “resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8).

O tempo histórico da produção do texto dos documentos, as vozes presentes, instituições que colaboraram, as fontes que orientam os conceitos propostos pela nossa investigação, a significação que atribuiremos ao discurso a partir de nosso tempo histórico e de nossa interpretação pautada na análise da fonte documental que selecionamos para esse trabalho, compõem nossas preocupações de análise. Nessa perspectiva, é fundamental saber o que já foi produzido sobre o assunto, não apenas com o intuito de delimitar a originalidade da proposta aqui apresentada, mas, justamente porque pensamos na esteira de outros autores. Nesse sentido, outro aspecto metodológico importante diz respeito à etapa de revisão de literatura, que, no âmbito deste trabalho, voltou-se especificamente para os trabalhos apresentados nas Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd e nas Reuniões Regionais da Região Sul, nos anos subsequentes à aprovação da BNCC. A seguir, apresentamos a revisão de literatura e os descritores e critérios utilizados.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Como parte da metodologia para a realização da pesquisa, efetuamos uma revisão de literatura visando conhecer as produções contemporâneas acerca do conceito de competências que subsidia a BNCC e eventuais relações com os anos iniciais do ensino fundamental. Elegemos as reuniões da ANPEd por reconhecermos a sua importância histórica frente a disseminação das pesquisas realizadas em todo o país. Certamente outras instâncias e plataformas também se traduzem como espaços importantes na realização dessa tarefa, contudo, nos limites desse trabalho realizamos essa escolha.

A revisão foi orientada pelo recorte temporal de 2016 -2020, considerando neste recorte o ano anterior à aprovação da BNCC na sua versão incompleta, quando aprovou separadamente as etapas de educação infantil e ensino fundamental, e os anos subsequentes a publicação da versão final, em dezembro de 2018. Os trabalhos foram localizados no site da ANPEd, e nos Anais de Reuniões Científicas Regionais da ANPEd (Sul), observados todos os GTs, levando em conta os descritores: BNCC e Base Nacional Comum Curricular, Competência e “Anos Iniciais”. No período especificado, localizamos duas reuniões nacionais e duas reuniões da ANPEd Sul, a saber: 38ª Reunião Nacional da ANPEd (2017) e 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019), XI Reunião Regional da Anped Sul (2016) e XII Reunião Regional da Anped Sul (2018).

Inicialmente, a seleção foi feita por meio dos títulos e resumos e, posteriormente, a leitura na íntegra, resultando na classificação de 10 trabalhos. Desses, podemos destacar suas contribuições para o entendimento do processo histórico de aprovação da BNCC e análises críticas do conceito de competências. Não encontramos no escopo dessa revisão, trabalhos que contemplassem discussões voltadas aos anos iniciais. Abaixo o quadro dos trabalhos selecionados nas reuniões nacionais da ANPEd.

Quadro 1. TRABALHOS SELECIONADOS - REUNIÕES NACIONAIS DA ANPEd

Base Nacional Comum Curricular (BNCC): sujeitos, movimentos e ações políticas. (BARREIROS, 2017).
A política de competências e habilidades: relações educacionais entre Brasil e OCDE. (PEREIRA, 2017).
Reformas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): relações entre o público e o privado. (CAETANO, 2019).
Base/Comum/Nacional: a busca pela Universalização na BNCC. (GIGANTE e RODRIGUES, 2019).

Fonte: elaborado pelas autoras.

Barreiros (2017) buscou em sua pesquisa compreender os movimentos, sujeitos e ações políticas que estão relacionados à construção e elaboração da BNCC. Compreende o discurso do documento como um lugar de disputa, negociações e práticas articuladoras que foram indispensáveis para implementar um currículo nacional, além de discutir os embates e movimentos políticos que foram gerados a partir da divulgação do Ministério da Educação de que se iniciaria uma discussão sobre a criação de um currículo nacional, buscando compreender os diferentes posicionamentos e as estratégias adotadas para reforçar a identidade curricular nacional.

O texto foi selecionado por apresentar uma compreensão sobre quem foram os agentes participativos na construção da BNCC, além de destacar que o discurso que o currículo apresenta é um lugar de disputa política e econômica, contribuindo assim, para que possamos entender brevemente o contexto de construção do documento em questão.

Pereira (2017) teve como objetivo analisar a relação entre a OCDE e o Brasil na construção e financiamento das políticas referentes à educação básica, a partir dos resultados obtidos no Pisa. Busca ainda, analisar a concepção e as formas de atuação e os movimentos históricos que se firmam em políticas e programas educacionais para seus países-membros e parceiros. Seus problemas de pesquisa são as relações político educacionais entre Brasil e OCDE e o projeto de educação, sua tese se baseia na compreensão de que as concepções em torno das funções político-sociais da educação são acompanhadas de visões políticas e ideológicas e revelam interesses distintos das finalidades públicas educacionais. A concepção de educação analisada nos projetos educacionais da OCDE estão ancoradas nos fundamentos da sociedade do conhecimento e da teoria do capital humano, que se traduz na lógica de

aquisição de competências e habilidades, que contribui para que o sujeito se qualifique e tenha meios de "competir" ao longo da vida com os demais por uma colocação no almejado mercado de trabalho, onde não há lugar para todos.

Esta seleção foi feita para compreendermos as relações entre agentes internacionais e suas intenções ao auxiliar na “implantação” de uma Base Comum para a educação brasileira, a partir de uma avaliação geral da educação, sem considerar os contextos regionais e especificidades regionais. O texto conversa com o nosso trabalho na medida em que discorre sobre as competências e habilidades propostas pela BNCC e sua relação com a formação do sujeito.

Caetano (2019) discorre sobre o projeto da BNCC e a influência do setor privado. Tem como objetivos apresentar a BNCC como parte das reformas educacionais globais, mapear os sujeitos que estavam a frente, ou por trás, da implementação e escrita do documento e discutir o conteúdo da proposta da BNCC a partir do Movimento pela Base e o catálogo de soluções educacionais. A autora afirma que a BNCC faz parte da reforma educacional global, enfatizando que a educação pública tem se tornado mercadoria a partir das reformas que ocorreram no país após o golpe de 2016, fortalecendo o movimento da privatização. Argumenta que as reformas educacionais são colocadas como uma oportunidade de investimento para o setor privado, parcerias com o Estado e poder nas deliberações sobre projetos. A autora conclui seu trabalho analisando que as reformas educacionais estão vinculadas a um projeto de sociedade, com um novo projeto educacional voltado para o mercado e reforça que a BNCC tem características de um currículo restritivo e padronizado, que medirá indicadores de desempenho através de avaliações e resultados, deixando a educação a serviço do mercado.

Selecionamos esse trabalho por tematizar o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular, destacando que não houve um processo de construção democrática, tendo como movimento principal um grupo formado por instituições e empresas pertencentes ao público e privado, que colocam os interesses do mercado e do capital acima da educação do sujeito como processo de humanização, além de enfatizar que a Base é um currículo restrito, preocupado com o desenvolvimento de habilidades suficientes para suprir o mercado de trabalho.

Gigante e Rodrigues (2019) trazem uma problematização perante a universalização da BNCC e os aspectos considerados necessários para escolarização em nível nacional, desconsiderando as diferenças e relativizando a construção do conhecimento, tornando fixos os conceitos de ensino e aprendizagem. O artigo conta com uma análise da Teoria do

Discurso, sobre a relação entre metáfora e metonímia, junto às contribuições de Ernesto Laclau, e questiona o silenciamento das diferenças através dos documentos norteadores da educação, cuja premissa, é justamente uma educação igualitária. Nessa perspectiva, os autores fazem uma análise à nomenclatura da BNCC: base-comum-nacional, e questionam: “se essa ideia de igualdade, como é apresentada na política, é potente para pensar a construção do sujeito nas políticas de currículo, bem como se a defesa de uma base nacional abarcaria todos os alunos envolvidos no processo de escolarização” (GIGANTE E RODRIGUES, 2019, p. 2). Os autores acreditam que as pré-competências estabelecidas nacionalmente são uma forma de constrianger a produção de conhecimento dentro das instituições e silenciar particularidades e universalismos, entendendo a diferença como matéria essencial para a formulação de documentos da educação nacional e acreditando que é uma

[...] tentativa de forjar um discurso unitário universalizante, incontestável, permeado pela pretensão do silenciamento de diferenças, se configura como um discurso com viés colonizador, que passa a se deparar com um cotidiano caótico e emergente do que se pretende apagar: a diferença. (GIGANTE e RODRIGUES, 2019, p. 2).

Este artigo foi selecionado pois traz uma reflexão acerca das competências preestabelecidas e padronizadas na BNCC, bem como os conceitos “comum” e “nacional” podem influenciar na construção do conhecimento. Os autores buscam a desconstrução de universalismos e não apenas a efetivação de conteúdos selecionados e objetivos preestabelecidos nos documentos nacionais da educação, que desconsideram contextos culturais e socioeconômicos. Na sequência, apresentamos o quadro que contempla os trabalhos selecionados da ANPEd Sul.

Quadro 2. TRABALHOS SELECIONADOS - REUNIÕES REGIONAIS DA ANPEd SUL

Formação do trabalhador: aporte da pedagogia das Competências. (SIMÃO, 2016).
Escolarização contemporânea: problematizando a cidadania e a produção de subjetividade escolar. (FAVERE, 2016).
Competências e aprendizagem: uma análise pedagógica da Base Nacional Comum Curricular. (ENZWEILER, 2018).
BNCC para que(m)? Disfarces e contradições num processo marcado por muitas (in)definições. (MELLO, RORATO E SILVA, 2018).
A rede do movimento pela base e sua influência na Base Nacional Comum Curricular. (ROSA, 2018).
Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): uma relação de continuidade e conservação. (GONÇALVES E GUERRA, 2018).

Fonte: elaborado pelas autoras.

Simão (2016), aponta sobre como a pedagogia das competências se relaciona com a formação do trabalhador, pois o mercado de trabalho muda e com ele, o perfil dos trabalhadores, "exigindo" que a educação seja “adaptada” a esta realidade. Tem como objetivo

discutir a formação do trabalhador direcionada na "metodologia" do "aprender a aprender", ancorada na pedagogia das competências, que está diretamente relacionada às mudanças educacionais no Brasil. O texto se organiza em 3 momentos: 1) as mudanças que ocorreram na educação brasileira referente a formação do trabalhador, no período histórico de 1930 a 2000; reorganização da educação em prol das demandas da industrialização; 2) discorre sobre como a pedagogia das competências contribui para a formação do trabalhador esperado pelo mercado de trabalho; 3) as considerações finais, onde levanta questionamentos sobre a relação da educação, educação profissional e as competências e como implicam na formação do trabalhador.

O texto selecionado nos ajuda a pensar o processo de aquisição de competências e habilidades como meio de formação do trabalhador, sem considerar o sujeito além de seu rendimento profissional futuro. Contribui para a compreensão da Base como currículo apenas para a formação do trabalhador e nos faz questionar: onde está a construção política cidadã desse sujeito?

Favere (2016) traz inquietações a respeito da subjetividade escolar e como a cidadania se dá no processo de escolarização. Como essas subjetividades são criadas em cada criança, aluno, professor? A autora traz a problematização sobre o modo que indivíduos podem ser, pensar e agir e como isso pode ser feito através de estratégias e subjetivação na escolarização. A partir de análise conceitual e através de um ensaio teórico, a autora apresenta recortes dos discursos do site “Todos pela Educação”, destacando alguns indicativos, tais como: a subjetividade escolarizada cidadã está constituída na sociedade em geral e a escolarização ultrapassou os ‘muros’ da escola, porém nas relações de poder e constituição de subjetividades há sujeições, mas também resistência. A autora indica que a cidadania produz efeitos de modulação sobre a subjetividade escolarizada e traz a problematização sobre seus efeitos e como eles produzem a sensação de que o indivíduo só é cidadão democrático se for participativo, atuante e responsável. Nesse sentido, a autora enxerga a cidadania como requisito básico para a escolarização, mas, em contrapartida, acredita que “[...] a produção da subjetividade escolarizada sacrifica a liberdade individual à modulação cidadã (FAVERE, 2016, p. 11).

O artigo foi escolhido porque tematiza o conceito de cidadania na escola. A autora busca realizar uma reflexão de como a cidadania é incorporada dentro das escolas, alunos, pais, professores e demais componentes, e como ela pode ter influência direta na escolarização de forma negativa e/ou positiva, pois acredita que a subjetividade da cidadania dentro das instituições possa levar à perda da liberdade e individualidade.

Enzweiler (2018) traz reflexões através de uma perspectiva de análise discursiva Foucaultiana, sobre os conceitos pedagógicos que subsidiam as propostas da BNCC perante pontos de vista educacionais direcionados aos estudos especificamente sobre Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, dialogando também com outros documentos norteadores da educação nacional. O artigo sinaliza principalmente para a prevalência de uma visão individualista durante o período de aprendizagem dos indivíduos e o esquecimento do ensino como um ato pedagógico em relação aos conceitos de competência e desenvolvimento demonstrados na base.

A autora faz essa análise juntamente ao estudo da LDB (Lei nº 9394/1996) e DCNs (2013), dialogando sobre os conceitos de ensino e aprendizagem analisados em suas diferentes versões e perspectivas, sinalizando deslocamentos, mudanças significativas, ausências e presenças nos discursos relativos a estes conceitos propostos no documento, identificando a alteração desses sentidos ao longo dos anos. O texto faz um exercício analítico sobre a relação entre competências e aprendizagem, relatando que o termo “competências” está presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), porém, aparece de forma ampla e não de forma pedagógica. Já a BNCC utiliza-se do termo para várias outras definições como aprendizagem, habilidades, atitudes, valores. Para a autora, há o deslocamento de uma ênfase na aprendizagem em detrimento do ensino, que já vem sendo sinalizado há muito tempo. A aprendizagem não acompanha mais o ensino, mas sim, trata-se de um comprometimento em desenvolver as competências apresentadas pelos documentos norteadores da educação do país.

Este artigo foi classificado na revisão, pois realiza uma análise sobre a relação entre competências, ensino e aprendizagem, apontando uma visão individualista e engessada sobre o desenvolvimento das competências em relação aos alunos e professores, utilizando a BNCC como base de estudo e reflexão e indo ao encontro das perspectivas da nossa pesquisa.

Mello, Rorato e Silva (2018), abordam reflexões sobre as formulações da BNCC desde sua primeira versão (2015) até sua versão atual (2018), com o principal questionamento: “quais os disfarces e contradições encontrados nos percursos, rearranjos e concepções norteadoras da Base Nacional Comum Curricular?” (MELLO, RORATO e SILVA, 2018, p. 1).

A pesquisa foi realizada através de uma análise documental levando em conta a BNCC e notícias apresentadas através do portal do MEC (Ministério da Educação), tendo sido selecionadas 20 notícias que compuseram o mapeamento analítico das discussões por elas propostas. Os dados foram sistematizados através de tabela contendo falas, entrevistas e dados

relevantes, organizados pelos seguintes descritores: definições sobre BNCC, objetivos da BNCC e indicativos de concepções curriculares, realizando então a análise documental e processual. As autoras enxergam o currículo como um processo histórico de construção social e trazem as inquietações sobre a elaboração do currículo, visto que a educação pela BNCC, enquanto receituário pedagógico, falha nos seus conceitos técnicos de ensino fixados e engessados, vinculados a uma educação bancária onde o objetivo é cumprir com as competências elaboradas pelos documentos e o propósito do docente é achar estratégias para alcançá-las. Na esteira de Corazza (2016) as autoras afirmam que “a sensação de leitura da Base leva-nos a pensar se [...] do modo como está expressa e organizada, não levaria os professores, mais uma vez, à posição passiva de consumidores de um currículo feito por outros, em outro tempo e lugar (MELLO, RORATO e SILVA (2018, p. 6).

Seguindo nessa crítica à elaboração do currículo, as autoras enfatizam que a BNCC desconsidera as condições socioeconômicas e culturais e priva as instituições da liberdade e autonomia, condicionando-as a uma lógica conteudista, visto que o currículo é o mesmo em todos os âmbitos educacionais e desconsidera contextos históricos. Por fim, são feitos questionamentos perante a estruturação da Base e do currículo e suas contradições e disfarces ao longo das suas versões, partindo do ponto que a BNCC é vista como um documento capaz de definir a formação de cidadãos de forma homogênea, juntamente aos conceitos de currículo, ensino e aprendizagem. Nesse sentido, questionam: “quais são as intenções formativas da base e suas possibilidades de implementação em todo território brasileiro?” (MELLO, RORATO e SILVA (2018, p. 6).

Este artigo foi selecionado durante a revisão pois traz uma crítica à formulação da BNCC, que na visão das autoras, desconsidera o contexto cultural, econômico e social tanto dos alunos quanto dos professores durante a elaboração do currículo proposto nacionalmente, portanto, traz a reflexão de saber como e para quem a BNCC é formulada.

Rosa (2018) apresenta o momento político em que o Brasil se encontrava na publicação de cada uma das 3 versões da Base Nacional Comum Curricular, contexto após o golpe de Estado e destituição da então presidenta da república Dilma Rousseff. A autora destaca os movimentos políticos e empresariais que envolveram a construção do texto da versão oficial do documento, como eles modificam a ideologia nos argumentos e eixos principais, colocando a Base como campo de disputa educacional, político e mercadológico - a educação a serviço do mercado de trabalho. Na conclusão de seu trabalho, Rosa destaca que questionar quem fala, de onde fala e quais interesses têm na construção do texto das políticas públicas educacionais, é um ato de resistência pelo direito à educação.

O artigo foi selecionado por apresentar os 3 momentos de construção da Base e a relação com as mudanças no cenário político do Brasil, o que reforça o argumento do primeiro texto selecionado, que o discurso da BNCC é um território de disputa política e econômica, nos auxiliando também para entender o processo de escrita e quem foram os agentes participativos dessa construção e como suas intenções foram colocadas na Base.

Gonçalves e Guerra (2018), tiveram como objetivo analisar quatro competências (Conhecimento, Pensamento científico, crítico e criativo, Trabalho e projeto de vida, Responsabilidade e cidadania) e suas relações com os Parâmetros Curriculares Nacionais - Introdução de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. Concluem que os dois documentos têm

[...] finalidades comuns e voltam-se à conhecimentos que enfatizam competências e capacidades para se atuar no cotidiano, indicando o não rompimento da Política Educacional definida na década de 1990. Além de corresponder em grande medida ao contexto do novo modo de produção capitalista, cujo objetivo está fundamentado na adequação do homem ao novo modelo de produção do mundo capitalista com recomendações e acordos propagados em âmbito internacional. (GONÇALVES e GUERRA, 2018, p. 1).

As autoras questionam: “O que são as Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular e qual é a relação que essas Competências estabelecem com os Parâmetros Curriculares Nacionais?”(GONÇALVES e GUERRA, 2018, p. 1). Para a realização da pesquisa, foram utilizadas 4 das 10 competências apresentadas pela BNCC. Para elas:

o conceito de formação desses dois documentos, tendem a inserir-se na lógica de mercado, ou seja, o objetivo é atender aos interesses imediatos do capital com tendência mercadológica e ênfase na aplicação do conhecimento ao invés de uma educação formativa que considere a formação ampla do processo histórico, cultural, econômico e político da sociedade. (GONÇALVES e GUERRA, 2018, p. 6).

Este artigo foi selecionado pois possui objetivos em comum à nossa pesquisa, visto que foi realizada uma análise documental de algumas das competências apresentadas na BNCC, questionando as relações que essas competências possuem com os Parâmetros Curriculares Nacionais e problematizando a educação capitalista.

4. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ONDE ESTÁ A CIDADANIA?

A Base Nacional Comum Curricular é um referencial teórico para a organização curricular das redes de ensino em todas as esferas: nacional, estadual e municipal. Está prevista na LDB 9.394/96, em redação dada pela Lei n.12.796, de 2013, nos seguintes termos:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996).

Como nos lembra a autora Michetti (2020), é também em 2013 que se deu a fundação oficial do Movimento pela Base, que atuou de forma marcante no processo de legitimação e aprovação do documento com o compromisso de fazer avançar a Base.

Tais processos são estudados pela autora Miqueli Michetti (2020), de uma perspectiva sociológica, a qual trata das estratégias de consensualização em torno deste documento.

Nesse sentido, a autora resume o espaço social de disputa sobre a BNCC em três grandes grupos: o primeiro, formado por agentes do poder executivo; o segundo, agentes em posições não dominantes; o terceiro, pela vinculação entre agentes públicos e privados. Nas palavras da autora:

[...] é formado por agentes do poder executivo dos três níveis de governo, que conformam o “pacto federativo” da educação no país, e do legislativo federal, no qual a Comissão de Educação tem centralidade. O Ministério da Educação (MEC) representou o executivo federal, enquanto o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) foi o representante do âmbito estadual, e a esfera municipal foi representada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Estiveram presentes também instâncias de “interlocução entre sociedade civil e o Estado”, como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Fórum Nacional de Educação. Atuaram, ainda, associações civis sem fins lucrativos, em especial o Movimento pela Base (MpB), mas também o Todos pela Educação (TpE) e, individualmente, institutos e fundações familiares e empresariais. (MICHETTI, 2020, p. 3).

Situa como interlocutores em posições não dominantes:

Em posições não-dominantes, estiveram a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), as associações de pesquisadores da área de educação, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), a Associação Brasileira de Currículo (ABdC), bem como centros de estudo e pesquisa de faculdades de educação - especialmente de universidades públicas -, associações de ensino diversas e entidades, como a Associação Nacional de Política e Administração em Educação (Anpae), a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) e o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/ Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (Forumdir). Organizações sindicais de trabalhadores da educação, particularmente de professores - como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) -, também se colocaram nos debates. (MICHETTI, 2020, p. 3-4).

Destaca ainda a vinculação entre entes públicos e privados:

Destacando apenas as fundações empresariais e familiares, temos, como parceiros da Undime, a Fundação Victor Civita, a Fundação Abrinq, a Fundação

Itaú Social, o Instituto Natura, a Fundação Telefônica Vivo, o Instituto Alana, a Fundação Lemann e a Fundação SM. E, como parceiros do Consed, estão a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Itaú Social, o Instituto Unibanco, a Fundação Victor Civita, o Instituto Natura, a Fundação Santillana, a Fundação Lemann, a Fundação Telefônica Vivo, além das empresas Gerdau e Itaú BBA. (MICHETTI, 2020, p. 4).

A autora realça as estratégias práticas discursivas de produção dos consensos e legitimação do documento. Sinaliza, nesse sentido: a criação de um grupo formal para avançar a BNCC, “Movimento pela Base” (MpB) (2013); a realização de eventos nacionais e internacionais financiados por fundações privadas; alianças e vinculações estratégicas; construção do apoio da grande mídia; enunciação de objetivo incontestável; narrativa genealógica (MICHETTI, 2020).

Pode-se destacar ainda nesta disputa de narrativa, a numeração das versões. Antes da versão vigente, outras duas versões do documento foram colocadas em discussão para os principais órgãos de educação que atuam no país, além de contar com a contribuição de instituições privadas que financiam a educação brasileira há décadas e com uma rede de professores universitários que trouxeram importantes discussões para a construção do texto final da Base. A versão vigente sofre diversas alterações no texto e nos grupos que fazem parte do debate sobre a Base, além da influência política nacional presente nesse momento no país, pós-golpe de 2016.

Para Aguiar (2019, p. 8) a terceira versão da BNCC, é considerada por alguns estudiosos, como a quarta versão, visto que “a terceira versão entregue ao CNE foi, posteriormente, modificada) com alterações apresentadas pelo MEC, foi votada e aprovada pelo CNE, após pedido de vistas de três conselheiras que se posicionaram contrariamente à referida versão [...]”.

Como já pudemos visualizar em artigos referidos na revisão, há muitas controvérsias sobre o processo histórico de discussão e aprovação do texto final. Todavia, o discurso das políticas educacionais carrega nas entrelinhas as intenções ideológicas de quem o escreve e demonstra claramente para quem está escrevendo. Assim como Michetti (2020), Barreiros (2017) já havia citado alguns dos envolvidos no processo de construção do texto e nos debates sobre a Base na sua versão final, sob a nomenclatura da construção de um ator coletivo:

Todo processo de construção de um ator coletivo envolve o que o MEC chama de diálogo com a área, que envolve as reuniões com especialistas de universidades e professores da educação básica de diferentes áreas do conhecimento, no que podemos chamar de assessorias para consolidação do

documento preliminar. Além desses, há também uma parceria com as diferentes instituições – como os bancos: Bradesco, Itaú [Unibanco] e Santander; grupos empresariais: Gerdau, Natura, Volkswagen e grupos privados da área educacional: Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola” (BARREIROS, 2017, p. 9).

Os agentes citados por Barreiros (2017) tiveram grande influência na “pressa” da publicação de uma versão oficial do documento, pois como percebemos, a discussão da Base Nacional ganha uma forte influência do mercado, que visava lucros com a publicação de um currículo nacional, junto ao governo federal, que a partir da publicação, filia-se ainda mais às agendas internacionais, fortemente influenciada pela OCDE e por outros organismos internacionais com ênfase sobre a educação universalizada e voltada para o mundo do trabalho.

Mediante essa pluralidade de agentes envolvidos e estratégias utilizadas para a consensualização da aprovação da BNCC, perguntamos: o quanto a cidadania importa nesse cenário?

Em uma pesquisa geral no documento utilizando a ferramenta pesquisa avançada do Adobe Reader, a palavra cidadania aparece em 46 instâncias no documento, em seu conjunto. Aparece vinculada majoritariamente aos seguintes termos e assuntos: à resolução de demandas do mundo do trabalho; mundo do trabalho e qualificação para o trabalho; exercício pleno da cidadania; cidadania e diversidade cultural; cidadania e direitos humanos; cidadania consciente, crítica e participativa, interações com outras pessoas e cultura midiática e digital; cidadania e exercício de direitos; cidadania ativa (língua inglesa); projetos de vida e mundo do trabalho; cidadania e participação digital; cidadania e respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos; cidadania, direitos e deveres; cidadania e política; cidadania e valores democráticos; direitos civis, políticos e sociais e Constituição; cidadania e combate de preconceitos e racismo; sentidos pessoais de vida e princípios éticos e da cidadania; cidadania e cultura de paz; cidadania e protagonismo comunitário

De modo mais específico, no conjunto dos textos das áreas, o conceito pode ser visualizado nessa busca rápida em alguns contextos, tais como:

Na Língua Portuguesa:

“[...] **o exercício da cidadania**, que envolve, por exemplo, a condição de se inteirar dos fatos do mundo e opinar sobre eles, de poder propor pautas de discussão e soluções de problemas, como forma de vislumbrar formas de atuação na vida pública; uma formação estética, vinculada à experiência de leitura e escrita do texto literário e à compreensão e produção de textos artísticos multissemióticos. (BNCC, 2018, p. 84, grifos nossos).

Na Arte:

O componente curricular contribui, ainda, para a interação crítica dos alunos com a complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o **exercício da cidadania**. A Arte propicia a troca entre culturas e favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre elas. (BNCC, 2018, p. 193, grifos nossos).

Na Educação Física:

Construção de valores: vincula-se aos conhecimentos originados em discussões e vivências no contexto da tematização das práticas corporais, que possibilitam a aprendizagem de valores e normas voltadas ao **exercício da cidadania em prol de uma sociedade democrática**. A produção e partilha de atitudes, normas e valores (positivos e negativos) são inerentes a qualquer processo de socialização. No entanto, essa dimensão está diretamente associada ao ato intencional de ensino e de aprendizagem e, portanto, demanda intervenção pedagógica orientada para tal fim. Por esse motivo, a BNCC se concentra mais especificamente na construção de valores relativos ao respeito às diferenças e no combate aos preconceitos de qualquer natureza. Ainda assim, não se pretende propor o tratamento apenas desses valores, ou fazê-lo só em determinadas etapas do componente, mas assegurar a superação de estereótipos e preconceitos expressos nas práticas corporais. (BNCC, 2018, p. 221, grifos nossos) .

Na Geografia:

Essa é a grande contribuição da Geografia aos alunos da Educação Básica: desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fatural (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o **exercício da cidadania**. (BNCC, 2018, p. 360, grifos nossos).

Em todas essas unidades, destacam-se aspectos relacionados ao **exercício da cidadania** e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana, tais como: estabelecer regras de convivência na escola e na comunidade; discutir propostas de ampliação de espaços públicos; e propor ações de intervenção na realidade, tudo visando à melhoria da coletividade e do bem comum. (BNCC, 2018, p. 364, grifos nossos).

Na História:

Nesse contexto, um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o **pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania**. (BNCC, 2018, p. 400, grifos nossos).

Aparecem também nessa busca rápida, algumas incidências voltadas especificamente ao

Ensino Médio, nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

A política é entendida enquanto ação e inserção do indivíduo na pólis, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania. As discussões em torno do **bem comum e do público**, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área. (BNCC, 2018, p. 567, grifos nossos).

Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo **escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida**, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

A construção da cidadania é um exercício contínuo, dinâmico e que demanda a participação de todos para assegurar seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos. Assim, para que os estudantes compreendam a importância de sua participação e sejam estimulados a atuar como cidadãos responsáveis e críticos, essa competência específica propõe que percebam **o papel da política na vida pública, discutam a natureza e as funções do Estado e o papel de diferentes sujeitos e organismos no funcionamento social**, e analisem experiências políticas à luz de conceitos políticos básicos. (BNCC, 2018, p. 578, grifos nossos).

Esses destaques nos permitem perceber de antemão a abrangência, possibilidades e limites de uma formação para a cidadania nos limites dos componentes curriculares e suas áreas de conhecimento. Curioso perceber que as vozes mais explícitas sobre a cidadania ligada ao papel da política na vida pública, bem como às funções do Estado, apareçam diluídas em componentes curriculares excluídos do Ensino Médio.

Dadas esta diversidade de temas e objetos ligados ao conceito de cidadania na BNCC, é importante perceber as definições mais usuais a respeito desse conceito. Para Manzini- Covre (1991), a cidadania está ligada ao próprio direito à vida, em múltiplas dimensões, num sentido pleno. “Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo” (MANZINI-COVRE, 1991, p. 11). Compreende em seu nexos, três conjuntos de direitos: civis, sociais e políticos, cujos êxitos dependem da sua interligação. Apresentamos algumas sínteses da referida autora sobre cada um desses direitos. “Os direitos civis dizem respeito basicamente ao direito de dispor do próprio corpo, locomoção, segurança, etc” (MANZINI-COVRE, 1991, p. 12). Os direitos sociais

[...] dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas. São todos aqueles que devem repor a força de trabalho, sustentando o corpo humano

– alimentação, habitação, saúde, educação etc. Dizem respeito, portanto, ao direito ao trabalho, a um salário decente e, por extensão, ao chamado salário social, relativo ao direito à saúde, educação, habitação etc. (MANZINI-COVRE, 1991, p. 14).

Com relação aos direitos políticos, focaliza os seguintes aspectos:

Os direitos políticos dizem respeito à deliberação do homem sobre sua vida, ao direito de ter livre expressão de pensamento e prática política, religiosa etc. Mas, principalmente, relacionam-se à convivência com os outros homens em organismos de representação direta (sindicatos, partidos, movimentos sociais, escolas, conselhos, associações de bairro etc.) ou indireta (pela eleição de governantes, parlamento, assembléias) resistindo a imposições dos poderes (por meio de greves, pressões, movimentos sociais). E, ainda, dizem respeito a deliberações dos outros dois direitos, os civis e os sociais – esclarece quais são esses direitos e de que modo chegar a eles. (MANZINI-COVRE, 1991, p. 16).

É possível visualizar estas dimensões da cidadania no âmbito das dez Competências Gerais da BNCC que devem ser apreendidas pelos alunos nas três etapas da educação básica? No quadro abaixo, destacamos quatro competências que consideramos mais diretamente vinculadas ao conceito de cidadania.

Quadro 3. COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO MAIS DIRETAMENTE VINCULADAS AO CONCEITO DE CIDADANIA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: BNCC (2018).

As competências apresentadas no quadro são recortes do documento em análise, na ordem em que são apresentadas. Percebe-se que há uma preocupação em garantir que as crianças construam uma visão ampla do mundo, de respeito coletivo e individual, sendo responsáveis por seus atos em sociedade, porém, o termo cidadania aparece apenas uma vez no texto das competências selecionadas.

Como podemos observar, o termo “competência” está vinculado às atribuições que o sujeito “precisa” desenvolver para solucionar problemas cotidianos e para efetivar o pleno exercício da cidadania, tendo foco no mundo do trabalho. O fato de a cidadania estar

vinculada ao trabalho e especialmente ao projeto de vida do estudante, sugere, ao nosso olhar, que é considerado um cidadão apenas aquele que estiver preparado para ingressar no sistema capitalista e ser produtor (reprodutor) dentro dele. Mas, também, há um deslocamento da cidadania para a individualidade, o sujeito por si. Nesse sentido, concordamos com Pereira (2017), de que tal documento, na esteira dos projetos da OCDE, ancora-se na perspectiva da sociedade do conhecimento e da teoria do capital humano.

Dentre as competências gerais, a cidadania não está vinculada ao exercício pleno dos direitos, nem ao conhecimento dos direitos que são primordiais que “configuram” o sujeito como cidadão. Levando em conta a concepção de cidadania apresentada também pelo autor José Murilo de Carvalho (2001), compreende-se que a efetivação de uma cidadania plena precisa combinar liberdade, participação e igualdade para todos. O autor destaca que a plenitude está vinculada ao exercício dos direitos civis, políticos e sociais e que esses direitos podem ser garantidos de maneira incompleta, havendo apenas direitos civis e políticos, sem os direitos sociais ou, o contrário.

Desse modo, é necessário olhar para as Competências Gerais levando em conta a dificuldade inclusive de redação final deste documento, considerando que ele consensualiza muitos interesses e que às vezes nos dá a impressão de um texto vazio, vago e inócuo.

A seguir, apresentamos alguns quadros com destaques das competências específicas por áreas de conhecimento. Para ampliarmos a nossa pesquisa, observamos também as competências específicas de cada componente curricular, a fim de identificarmos aspectos de construção e/ou de exercício da cidadania e sua relação no processo ensino-aprendizagem que é sugerido pelo documento. Abaixo, o quadro 4, com alguns destaques das competências específicas voltadas às áreas do conhecimento.

Quadro 4. COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS – ÁREAS DO CONHECIMENTO

ÁREAS	COMPETÊNCIAS
LINGUAGENS	<p>1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.</p> <p>2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.</p> <p>5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da</p>

	produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
MATEMÁTICA	<p>2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.</p> <p>4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.</p> <p>5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.</p> <p>7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.</p> <p>8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles</p>
CIÊNCIAS DA NATUREZA	<p>1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.</p> <p>2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.</p> <p>4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.</p> <p>8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.</p>
CIÊNCIAS HUMANAS	<p>1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.</p> <p>2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico- -informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.</p> <p>3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.</p> <p>4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza</p>

	6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
ENSINO RELIGIOSO	4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver. 6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

Fonte: BNCC (2018).

Podemos observar nos destaques apresentados, que algumas competências expressam o intuito de democratizar, politizar, humanizar e levar autonomia aos alunos, de forma a respeitar as diferenças e os contextos históricos, políticos e culturais de outros povos e indivíduos. Todas as áreas do conhecimento expressam nas entrelinhas a preocupação de formar um sujeito cidadão, que participa e atua dentro e fora de sua comunidade. Numa análise preliminar, parece-nos que existem possibilidades anunciadas, do ponto de vista discursivo, que oferecem boas possibilidades de trabalho. Contudo, para que tais promessas sejam realizáveis, as escolas não deveriam estar submetidas às fortes pressões das políticas avaliativas ou até mesmo às cobranças de produtivismo, vinculados a índices de aprovação ou índices de êxitos vinculados a critérios de distribuição orçamentária. Some-se ainda a tudo isso, questões ligadas às condições de trabalho dos professores, à cultura política de autoritarismo nos espaços escolares, os espaços físicos escolares, e, sobretudo, às dificuldades de acesso e efetivação dos direitos sociais de uma parcela importante da população, por extensão, dos nossos alunos, crianças muitas vezes destituídas dos mínimos acessos.

A seguir, apresentamos o Quadro 5, que tem como objetivo realizar uma aproximação entre esses conceitos que se apresentam nas competências e a sua elaboração prática nas habilidades que devem ser adquiridas ao longo do processo educativo nos dois primeiros anos do ensino fundamental. Na sequência, apresentamos os Quadros 5, 6, 7, 8 e 9 referentes aos componentes curriculares correspondentes às áreas do conhecimento.

Quadro 5. ÁREA - LINGUAGENS

CCR	COMPETÊNCIAS	HABILIDADES
Língua Portuguesa	<p>2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.</p> <p>6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.</p> <p>7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.</p>	<p>(EF15LP01) Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a comunidade, a escola) e nas mídias impressa, de massa e digital, reconhecendo para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam.</p> <p>(EF01LP21) Escrever, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, listas de regras e regulamentos que organizam a vida na comunidade escolar, dentre outros gêneros do campo da atuação cidadã, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.</p>
Arte	<p>1. Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades.</p> <p>7. Problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas.</p> <p>8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes.</p>	<p>(EF15AR04) Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.</p> <p>(EF15AR11) Criar e improvisar movimentos dançados de modo individual, coletivo e colaborativo, considerando os aspectos estruturais, dinâmicos e expressivos dos elementos constitutivos do movimento, com base nos códigos de dança.</p> <p>(EF15AR12) Discutir, com respeito e sem preconceito, as experiências pessoais e coletivas em dança vivenciadas na escola, como fonte para a construção de vocabulários e repertórios próprios.</p>
Educação Física	<p>7. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos.</p> <p>9. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário</p>	<p>(EF12EF01) Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas.</p>

Fonte: BNCC (2018).

QUADRO 6. ÁREA - MATEMÁTICA

CCR	COMPETÊNCIAS	HABILIDADES
Matemática	<p>2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos</p>	<p>(EF01MA21) Ler dados expressos em tabelas e em gráficos de colunas simples. Coleta e organização de</p>

	<p>conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.</p> <p>4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.</p> <p>5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.</p> <p>7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.</p> <p>8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.</p>	<p>informações pessoais para comunicação de informações coletadas</p> <p>(EF01MA22) Realizar pesquisa, envolvendo até duas variáveis categóricas de seu interesse e universo de até 30 elementos, e organizar dados por meio de representações pessoais.</p>
--	---	---

Fonte: BNCC (2018).

QUADRO 7. ÁREA - CIÊNCIAS DA NATUREZA

CCR	COMPETÊNCIAS	HABILIDADES
Ciências	<p>1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.</p> <p>2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.</p> <p>4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.</p> <p>8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos</p>	<p>(EF01CI03) Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz e as orelhas etc.) são necessários para a manutenção da saúde.</p> <p>(EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.</p>

	conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.	
--	---	--

Fonte: BNCC (2018).

QUADRO 8. ÁREA - CIÊNCIAS HUMANAS

CCR	COMPETÊNCIAS	HABILIDADES
Geografia	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/ natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.</p> <p>6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.</p> <p>7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.</p>	<p>(EF01GE03) Identificar e relatar semelhanças e diferenças de usos do espaço público (praças, parques) para o lazer e diferentes manifestações.</p> <p>(EF01GE04) Discutir e elaborar, coletivamente, regras de convívio em diferentes espaços (sala de aula, escola etc.).</p> <p>(EF01GE09) Elaborar e utilizar mapas simples para localizar elementos do local de vivência, considerando referenciais espaciais (frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) e tendo o corpo como referência.</p> <p>(EF02GE02) Comparar costumes e tradições de diferentes populações inseridas no bairro ou comunidade em que vive, reconhecendo a importância do respeito às diferenças.</p> <p>(EF02GE04) Reconhecer semelhanças e diferenças nos hábitos, nas relações com a natureza e no modo de viver de pessoas em diferentes lugares.</p>
História	<p>1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.</p> <p>3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.</p> <p>4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.</p>	<p>(EF01HI03) Descrever e distinguir os seus papéis e responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade. A escola e a diversidade do grupo social envolvido</p> <p>(EF01HI04) Identificar as diferenças entre os variados ambientes em que vive (doméstico, escolar e da comunidade), reconhecendo as especificidades dos hábitos e das regras que os regem.</p> <p>(EF02HI01) Reconhecer espaços de sociabilidade e identificar os motivos que aproximam e separam as pessoas em diferentes grupos sociais ou de parentesco.</p> <p>(EF02HI02) Identificar e descrever práticas e papéis sociais que as pessoas exercem em diferentes comunidades.</p>

	<p>6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.</p>	<p>(EF02HI05) Selecionar objetos e documentos pessoais e de grupos próximos ao seu convívio e compreender sua função, seu uso e seu significado.</p> <p>(EF02HI10) Identificar diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive, seus significados, suas especificidades e importância.</p>
--	---	---

Fonte: BNCC (2018).

QUADRO 9. ÁREA – ENSINO RELIGIOSO

CCR	COMPETÊNCIAS	HABILIDADES
<p>Ensino Religioso</p>	<p>2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.</p> <p>3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.</p> <p>5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.</p> <p>6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.</p>	<p>(EF01ER01) Identificar e acolher as semelhanças e diferenças entre o eu, o outro e o nós.</p> <p>(EF01ER06) Identificar as diferentes formas pelas quais as pessoas manifestam sentimentos, ideias, memórias, gostos e crenças em diferentes espaços.</p> <p>(EF02ER05) Identificar, distinguir e respeitar símbolos religiosos de distintas manifestações, tradições e instituições religiosas.</p>

Fonte: BNCC (2018).

A partir da construção dos quadros, identificamos que os componentes curriculares que apresentam um maior número de habilidades que devem ser desenvolvidas referentes ao exercício da cidadania, são componentes que entram com menor carga horária na semana das crianças, pois a prioridade que o documento expressa é no ensino de Língua Portuguesa e Matemática, com conteúdos considerados de suma importância para a formação escolar, deixando em segundo plano os demais componentes curriculares, os quais apresentam maior preocupação com a formação humana e social do sujeito.

É possível observar através dos destaques realizados que são poucas as habilidades que contemplam os conceitos apresentados nas competências, embora existam inúmeras habilidades com viés social, não é possível perceber a elucidação dos termos e conceitos trazidos nas competências gerais e específicas em relação ao desempenho da cidadania, o que na nossa visão, demonstra falhas na construção do documento e na consolidação das

práticas que teriam, como pressuposto, a BNCC como norteador teórico. Gostaríamos de frisar que, em relação à Língua Portuguesa, consideramos a alfabetização como um ato pleno de cidadania, visto que é a partir desse processo que o cidadão passa a se expressar individualmente e atribui sentidos mais significativos na fala e na escrita, além de garantir direitos políticos como o voto e a prática da autonomia e, ao analisar o documento, percebemos que são poucas as habilidades que expressam esse mesmo entendimento.

Importante dizer que os direitos citados estão vinculados, segundo Carvalho (2001) as ações que consideramos primordiais e acreditamos ser de suma importância trabalhar com as crianças desde os Anos Iniciais. Os direitos civis citados são os direitos a vida, a liberdade, a prosperidade, a igualdade perante a lei; os direitos políticos deveriam garantir a participação no governo da sociedade - exercício limitado a parcela da população - capacidade de organizar partidos, de votar e ser votado, no geral, o direito ao voto resume o direito político; direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva - direito a educação, ao trabalho, ao salário justo, a saúde, a aposentadoria, esse direito baseia-se na justiça social e no bem-estar para todos.

Notamos que a palavra cidadania aparece vinculada ao exercício de direitos, sem deixar claro em que concepção está baseada, ou seja, não sabemos em que contexto a BNCC considera ou deixa de considerar o sujeito um cidadão. Acreditamos que a cidadania é uma construção e uma conquista de direitos que foram adquiridos através de agentes históricos. Ao longo da história de nosso país muitos direitos foram conquistados, mas também sufocados ou perdidos, a exemplo do período de ditadura militar ou nas recentes reformas do Estado. É importante lembrar que o exercício da cidadania no Brasil foi se reconstruindo a partir de 1988 com a nova Constituição Federal, entretanto, esses direitos não são plenamente garantidos, pois, além da cidadania, nossa democracia também é jovem.

5. PARA CONCLUIR

Nessas breves incursões analíticas, conseguimos concluir que embora o documento expresse a preocupação pela formação de um indivíduo competente, não é tão óbvio que se expresse o anseio por uma educação cidadã. Ao longo do mesmo não é possível identificar como ele de fato sugere que seja realizada a efetivação desses termos, visto que eles são citados em algumas colocações, mas não apresentam nenhum tipo de base metodológica e pedagógica que os traga como característica principal do processo formativo. O documento não apresenta claramente sua intencionalidade em formar um

sujeito cidadão, apresenta apenas que é preciso formar um sujeito que exercite a cidadania, que respeite o próximo e a natureza, que saiba agir em sociedade e que esteja apto para o mundo do trabalho.

Identificamos através da análise realizada sobre as habilidades para o primeiro e segundo ano, que a preocupação com o aprendizado e conhecimento de direitos é praticamente inexistente, deixando esse estudo para os anos finais do Ensino Fundamental. Todavia, consideramos essa atribuição ao conhecimento e estudo dos direitos as crianças maiores questionável e incoerente, pois se adquirimos direitos ao nascer, por quê “podemos” falar e aprender sobre eles na escola somente quando formos maiores? Consideramos necessário o trabalho junto as crianças sobre direitos e o exercício pleno da cidadania desde pequenas, para que reconheçam seus lugares no mundo e entendam que fazem parte de uma sociedade onde o Estado deve lhes garantir educação, saúde, segurança e bem-estar e que não é preciso ser “grande” para que seus direitos sejam garantidos.

Sendo assim, o questionamento e a inquietação que revelamos perante essa análise é: até que ponto os documentos que norteiam a educação brasileira realmente apresentam uma preocupação com a efetivação real da construção da cidadania durante os processos educativos dentro das instituições de ensino catarinenses? Se a BNCC é o principal documento para a elaboração de práticas metodológicas para os professores da educação infantil e ensino fundamental, é importante que naquele documento estejam mais explícitos referenciais e orientações que conduzam e contribuam mais diretamente para a prática cotidiana da construção e exercício da cidadania. Embora esse documento seja classificado como “material de apoio”, o professor (em sua realidade diária) necessita da elucidação e introdução desses termos apresentados nos documentos se, os mesmos são julgados essenciais durante o processo educativo.

Além disso, outro ponto importante que conseguimos identificar e problematizar ao longo desse processo de análise da BNCC, juntamente à experiência que tivemos no estágio de Anos Iniciais, é a relação professor-aluno aprendizagem. A formação continuada é necessária para que esse processo seja compreendido como essencial durante a formação escolar, mas não apenas formações que tenham em seu horizonte o êxito voltado às avaliações ou adaptações, mas, formações que inclusive discutam a racionalidade da Base e o seu conteúdo relacionado à cidadania. Entendemos que a Base não é o único instrumento, nem o único fator que promove a ausência do exercício da cidadania dentro das instituições de ensino, somam-se a ele muito outros, como a falta de estrutura

adequada, que vai muito além da sala de aula, de materiais didáticos (que vão muito além de livros), ausência de formação continuada que priorizem tais questões, são alguns dos aspectos que podem influenciar diretamente na construção desses conceitos dentro do ambiente escolar.

Como docentes, afirmamos que a Base não subsidia nosso trabalho com as crianças nas escolas da maneira que propõe em seu texto, pois existem diversas falhas metodológicas e conceituais, como a ausência do conceito de cidadania e sua intencionalidade. Concluímos este estudo com um questionamento: diante dessa ausência de conceitos e da intenção de formar um cidadão, da explícita ideia de preparação para o mundo do trabalho, de vincular as competências e habilidades que precisam ser desenvolvidas a sujeitos trabalhadores, o projeto de educação da BNCC foi projetado para quem?

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela da Silva. Reformas conservadoras e a "Nova Educação": orientações hegemônicas no MEC e no CNE. **Educ. Soc.**, Campinas, v.40, 2019, p. 1-24.

BARREIROS, Débora. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): de sujeitos, movimentos e ações políticas. **38ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2017, p. 1-17. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT12_227.pdf>. Acesso out. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília, DF, 2018.

CAETANO, Maria Raquel. Reformas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): relações entre o público e o privado. **39ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2019. Disponível em: <http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5010-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf>. Acesso em nov. 2020.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: um longo caminho. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2018.

ENZWEILER, Deise Andreia. Competências e Aprendizagem: uma análise pedagógica da Base Nacional Comum Curricular. In: **XII ANPEd Sul: Educação, Democracia e Justiça Social**, 2018, Porto Alegre. Anais da Reuniões Regionais da ANPEd Sul, 2018. p. 1-9. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/2/2156-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf>. Acesso nov. 2020.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: Ronaldo M. L. Araujo; Doriedson S. Rodrigues. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1ª ed. Campinas-SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

FAVERE, Juliana de. Escolarização contemporânea: problematizando a cidadania e a produção de subjetividade escolar. In: **XI Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPEd Sul**, 2016, Curitiba, XI Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPEd Sul, 2016. p. 01-16. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo10_JULIANA-DE-FAVERE.pdf>. Acesso em nov. 2020.

GIGANTE, C. C.; RODRIGUES, P. F. . Base/Comum/Nacional: A busca pela universalização na BNCC. In: **39ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2019, Niterói/RJ. Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2019, p. 1-6. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_21_7>. Acesso nov. de 2020.

GONÇALVES, A. M.; GUERRA, Dhyovana. Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): uma relação de continuidade e conservação. In: **XII Anped Sul - Educação, Democracia e Justiça Social**, 2018, Porto Alegre/RS. Anais das Reuniões Regionais da ANPEd, 2018, p. 1-7. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/2/1940-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf>. Acesso out. 2020.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é Cidadania?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo-SP. Editora brasiliense, 1991.

MELLO, Elena Maria Billig; RORATO, A. ; SILVA, L. G. . BNCC PARA QUE(M)? Disfarces e contradições num processo marcado por muitas (in)definições. In: **XII ANPED Sul - educação, democracia e justiça social: pesquisar para quê?**, 2018, Porto Alegre - RS. Anais do XII ANPED Sul. Porto Alegre - RS: ANPED, 2018. p. 1-6. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/2/1609-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf>. Acesso set. 2020.

MICHETTI, Miqueli. Entre a leitimação e a crítica: as disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 35, nº 102, 2020, p. 1-19.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. A política de competências e habilidades: relações educacionais entre Brasil e OCDE. **38ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2017. Disponível em: <http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT05_1081.pdf>. Acesso out. 2020.

ROSA, Luciane Oliveira da. A rede do Movimento pela Base e sua influência na Base Nacional Comum Curricular. In: **XII Anped Sul - Educação, Democracia e Justiça Social**, 2018, Porto Alegre/RS. Anais das Reuniões Regionais da ANPEd, 2018, p. 1-6. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/2/2146-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf>. Acesso out. 2020.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **A criança cidadã: vias e encruzilhadas**, Imprópria. Política e pensamento crítico. UNIPOP, 2012. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/36755/1/A%20crian%c3%a7a%20cidad%c3%a3.pdf>>. Acesso em jan. 2021.

SIMÃO, Andréa Aparecida. Formação do trabalhador: aporte da pedagogia das competências. **XI ANPEd Sul. Reunião Científica Regional da ANPEd**, 2016, p. 1-15. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo21_ANDR%C3%89IA-APARECIDA-SIM%C3%83O.pdf>. Acesso out. 2020.

SHIROMA, Eneida Oto, CAMPOS, Roselane Fátima, GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.